



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RUAN EMÍLIO MAGALHÃES DE SOUSA

A HISTÓRIA DE SANTARÉM SOB A ÓTICA DE ARTHUR REIS

**SANTARÉM - PA
2024**

RUAN EMÍLIO MAGALHÃES DE SOUSA

A HISTÓRIA DE SANTARÉM SOB A ÓTICA DE ARTHUR REIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará como componente curricular obrigatório para a obtenção do grau de licenciado pleno em História.
Orientadora: Lademe Correia de Sousa

**SANTARÉM - PA
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/Ufopa

S725h Sousa, Ruan Emilio Magalhães de
 A história de Santarém sob a ótica de Arthur Reis./ Ruan Emilio Magalhães de
 Sousa. – Santarém, 2024.
 32 p.
 Inclui bibliografias.

 Orientadora: Lademe Correia de Sousa.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do
 Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em História.

 1. Historiografia. 2. Arthur Reis. 3. Amazônia. I. Sousa, Lademe Correia de, *orient.*
 II. Título.

CDD: 23 ed. 981.15

RUAN EMÍLIO MAGALHÃES DE SOUSA

A HISTÓRIA DE SANTARÉM SOB A ÓTICA DE ARTHUR REIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará como componente curricular obrigatório para a obtenção do grau de licenciado pleno.

Conceito:

Data da defesa: 24/10/2024

Prof. Lademe Correia de Sousa – Orientador (a)
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Felipe Tavares de Moraes – Examinador (a)
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Hélio da Costa Dantas – Examinador (a)
Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



ATA Nº 154 / 2024 - ICED (11.01.07)

Nº do Protocolo: 23204.014657/2024-49

Santarém-PA, 04 de novembro de 2024.

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, na cidade de Santarém, Estado do Pará, realizou-se, no Laboratório de História, da Unidade Rondon, Campus Santarém, a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Ruan Emílio Magalhães de Sousa, matrícula 2020005287, intitulado A HISTÓRIA DE SANTARÉM-PA SOB A ÓTICA DE ARTHUR REIS, sob orientação da Profa. Lademe Correia de Sousa, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A banca examinadora foi composta pela presidente, a docente orientadora citada, e pelos(as) seguintes membros docentes: Prof. Felipe Tavares de Moraes, da Universidade Federal do Oeste do Pará, e o Prof. Hélio da Costa Dantas, da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas. Após a defesa e análise do TCC, considerando a qualidade deste trabalho, a banca deferiu pela (X) aprovação / () reprovação do TCC, atribuindo ao mesmo a nota 10,0. Fica acordado que a referida nota (10,0) está condicionada à entrega da versão final do trabalho, no prazo máximo de dez dias, a partir desta data, e o mesmo deverá contemplar as observações da banca examinadora. Proclamados os resultados pelo presidente da banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu Lademe Correia de Sousa, lavrei a presente ata, que será assinada pelo autor e membros da banca examinadora.

(Assinado digitalmente em 04/11/2024 21:47)
FELIPE TAVARES DE MORAES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.01.07)
Matrícula: 1271550

(Assinado digitalmente em 06/11/2024 21:08)
LADEME CORREIA DE SOUSA
DIRETOR
ICED (11.01.07)
Matrícula: 1704405

(Assinado digitalmente em 04/11/2024 22:36)
RUAN EMÍLIO MAGALHÃES DE SOUSA
DISCENTE
Matrícula: 2020005287

(Assinado digitalmente em 04/11/2024 21:53)
HÉLIO DA COSTA DANTAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 650.043.102-20

Aos meus pais, que mesmo não entendendo meu amor pela História e pela docência, me apoiaram no caminho em que escolhi trilhar. Sem vocês eu não teria como contar essa história hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Oeste do Pará e ao curso de Licenciatura em História, que me proporcionaram o ambiente propício para que eu pudesse me desenvolver como profissional e sujeito histórico.

Quero agradecer à minha orientadora Lademe Correia de Sousa, por ter sido a primeira profissional que viu potencial em mim e que me fez acreditar que eu poderia ser melhor. Aos professores Felipe Tavares de Moraes e Luiz Carlos Laurindo Junior que plantaram em mim o interesse pela Teoria da História e pela História da Amazônia, respectivamente; além de me ajudarem, de maneira indireta, no processo de construção desta pesquisa. À professora Eveline Almeida de Sousa que me ajudou a expandir meu olhar para a fonte, me permitindo não produzir um trabalho medíocre. Ao professor Diego Marinho de Gois que formou a minha mente como futuro professor. À professora Luana Sullivan Bagarrão Guedes que, apesar de longe durante parte da minha graduação, foi quem me recepcionou em “Metodologia do Trabalho Científico”, sendo paciente e compreensiva. À professora Vanice Siqueira de Melo e Isabel Teresa Creão Augusto que estiveram comigo durante o processo de construção do projeto de pesquisa. Ao professor Douglas Mota Xavier de Lima que, no meu primeiro semestre da graduação, criticou a minha escrita, fazendo com que eu procurasse melhorar cada vez mais, me tornando mais confiante que conseguirei passar a mensagem que desejo. À professora Wânia Alexandrino Viana que, ao criticar minha didática, me incentivou a me tornar o professor que sou hoje. Acredito que a crítica é a forma mais sincera de um professor demonstrar que se importa com seu aprendizado.

Também quero agradecer aos professores e à UFOPA pela oportunidade de participar dos projetos que participei: PIBID, PIVIC, PRP e minha breve passagem pelo CDHBA. Inclusive ao Laboratório de História, onde fui monitor e fiz conexões que espero levar para o resto da vida. Não posso esquecer dos colegas que formaram comigo a 1ª coordenação da Liga Acadêmica de Ensino de História, ideia que de uma faísca se tornou chama.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Ana Cláudia e Adonildo Branco, e minhas irmãs, Ruana Dândara e Ramona Madares, que acreditaram em mim. Aos colegas da turma 2020 que me acompanharam nessa jornada: Ayan, Beatriz, Brenda, Lucas, Emily Conceição, Emily Priscila, Felipe, Ingrid (minha parceira de orientação), Kathleen, Lucas, Paulo, Thais e William. Aos colegas de outras turmas e cursos que tive o prazer de me aproximar: Ângela, Amanda, Carol, Clara, Felipe, Fernanda, Gabriel, Isabela, Laura, Lucas, Milena, Pedro, Rodrigo,

Imbeloni, Vivian e Welber. Enfim, aos meus amigos *do terceirão pra vida*, que foram meus ombros para chorar nos momentos difíceis e nunca saíram do meu lado: Amanda, Giuliana, Matheus e Nelma.

É com muito amor, carinho e reverência que agradeço a todos que passaram por mim durante esse processo e que me ajudaram a ver a vida para além das paredes frias da prisão que é minha mente. Neste momento, enquanto escrevo este agradecimento, posso dizer que me sinto quente como o sol.

“O historiador hoje é aquele que desvia e desencaminha o sentido já consagrado, que profana todos os ídolos, que dessacraliza o que há de mais sagrado.” (Durval Muniz de Albuquerque Júnior.)

RESUMO

Arthur César Ferreira Reis é figura emblemática para o cenário intelectual da Amazônia no século XX, dada sua vasta experiência como política e pesquisador dos assuntos amazônicos. Contudo, tendo sua trajetória pouco lembrada pela historiografia. Partindo desse pressuposto a pesquisa visa analisar a obra "Santarém: seu desenvolvimento histórico" com objetivo geral de compreender as representações construídas pelo historiador acerca da cidade de Santarém e, mais especificamente, preencher uma lacuna nos estudos sobre Reis e a historiografia santarena. Sendo assim, a base teórica foi fundamentada a partir das pesquisas de Sousa (2009) e Dantas (2014) que analisam as características da escrita histórica de Arthur Reis. Metodologicamente, para se compreender a ótica legada à Santarém por Reis, utilizou-se a noção de "representação" de Chartier (1990), sendo este o ponto principal de análise para a obra. A partir da análise constatou-se que Arthur Reis possui uma escrita histórica lusófila e desenvolvimentista, que baseiam sua visão acerca de Santarém. Assim, apesar de nomeá-la "capital do Baixo Amazonas" o historiador nos apresenta uma crônica sem muita análise crítica onde seu foco é descrever um histórico elogioso de uma comunidade amazônica que, entretanto, tem muito a modernizar.

Palavras-chave: Historiografia. Arthur Reis. Amazônia. Santarém.

ABSTRACT

Arthur César Ferreira Reis is an emblematic figure for the intellectual scenario of the Amazon in the 20th century, given his vast experience as a politician and researcher on Amazonian issues. However, his trajectory is little remembered by historiography. Based on this assumption, the research aims to analyze the work "Santarém: its historical development" with the general objective of understanding the representations constructed by the historian about the city of Santarém and, more specifically, filling a gap in studies on Kings and Santarém historiography. Therefore, the theoretical basis was based on research by Sousa (2009) and Dantas (2014) who analyze the characteristics of Arthur Reis's historical writing. Methodologically, to understand the perspective bequeathed to Santarém by Reis, Chartier's (1990) notion of "representation" was used, this being the main point of analysis for the work. From the analysis it was found that Arthur Reis has a Lusophile and developmentalist historical writing, which is the basis for his vision of Santarém. Thus, despite naming it "capital of Lower Amazonas", the historian presents us with a chronicle without much critical analysis where his focus is to describe a laudatory history of an Amazonian community that, however, has a lot to modernize.

Keywords: Historiography. Arthur Reis. Amazon. Santarém.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AS REPRESENTAÇÕES DE SANTARÉM CONSTRUÍDAS POR ARTHUR REIS	14
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

Arthur César Ferreira Reis foi figura notória no cenário historioráfico brasileiro no decorrer do século XX. Seu primeiro livro, “História do Amazonas”, publicado em 1931, foi recepcionado por historiadores de renome no eixo sul-sudeste do país. O autor publicou mais de trinta livros, dos quais o de maior sucesso foi o “A Amazônia e a cobiça internacional” (1960), aclamado por muitos dos sujeitos que defenderam o Golpe Militar de 1964. O historiador amazonense viria a se tornar Governador do Estado do Amazonas, durante o período inicial da ditadura civil-militar, indicado pelo então Presidente Castelo Branco, entre 27 de junho de 1964 e 27 de janeiro de 1967.

Sousa (2009) apresenta uma análise das percepções de Reis sobre a Amazônia divulgadas para o Brasil por meio de seu primeiro livro a “História do Amazonas”. A autora se destaca por ser uma das pioneiras na pesquisa sobre o historiador, professor e político Arthur Reis. Dessa forma, Sousa inicia sua pesquisa fazendo uma análise de sua trajetória intelectual desde sua formação no curso de Direito em Manaus até a elaboração e lançamento de sua primeira obra de grandes proporções. Sousa explicita um paralelo entre Reis e alguns dos principais historiadores de seu período, dissertando sobre sua inspiração em grandes historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como Francisco Adolfo de Varnhagen. Reis também manteve relações amistosas com Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda apesar de seguirem caminhos de formação diferentes, ao passo que Freyre e Holanda recebem influências do exterior enquanto Reis se mantém com influências de autores locais.

A autora tem como ponto principal a ideia de que Arthur Reis foi um dos grandes responsáveis pelas percepções do Amazonas e da Amazônia que permeiam o imaginário brasileiro. Para Sousa (2009), Reis se assemelha a Varnhagen e outros autores vinculados ao IHGB, que estavam preocupados, em fins do século XIX e início do século XX, em construir uma identidade nacional. Desse modo, nosso autor dá contribuição a esta historiografia, inserindo a Amazônia na história do Brasil Nação, que se constituía a partir da pena desses autores.

No mesmo sentido de análise da produção intelectual de Arthur Reis, Gomes (2009), por meio de uma perspectiva analítica da *história vista de baixo*, pesquisa a presença

dos “movimentos sociais na Amazônia” na obra de Reis. Para a autora, tais movimentos estão presentes na obra de Reis através dos processos autonomistas amazônicos como a cabanagem, além dos movimentos indígenas que ocorreram no território amazônico, citando o caso de Ajuricaba, muito querido por Arthur Reis. Dessa maneira, Gomes (2009) entende que há a presença desses movimentos sociais através de uma perspectiva que confira legitimidade ao Estado brasileiro, da mesma forma conferido por Sousa (2009), dando ênfase aos “grandes homens” e não ao povo. Em contrapartida, Leila Gomes infere a presença dos “despossuídos” da sociedade amazônica nas entrelinhas da escrita de Reis.

Amaral (2013), adentrando o período em que Arthur Reis é indicado à governador do Amazonas no período ditatorial brasileiro, analisa a forma como sua perspectiva historiográfica sobre a Amazônia impacta em sua maneira de governar, com ênfase em Manaus. Amaral entende que Arthur contribuiu para a ordem que pretendia se instituir no Brasil através de dois vetores: sua participação no projeto modernizador da Amazônia, através de projetos desenvolvimentistas e conferindo legitimidade intelectual ao regime ditatorial através de medidas culturais que concebeu e aplicou durante sua governança do Amazonas e sua presidência no Conselho Federal de Cultura. Assim, analisando como o pensar e o agir de Reis como governador foram recebidas por diferentes atores sociais da época, Amaral defende que há forte coerência entre as considerações historiográficas de Arthur Reis e as medidas tomadas durante seu governo, tanto na esfera política, quanto na esfera intelectual e cultural.

Em consonância com essa análise, Coelho (2015) explora o conjunto documental de discursos pronunciados por Arthur Reis durante seu período como governador do Amazonas. A partir disso, Coelho observa que Reis expressa uma posição “conservadora” apesar de se considerar um adepto da “revolução” e da mudança através das ideias de desenvolvimento e modernização”. Segundo o autor, essa contradição é o ponto central ao tratar as interpretações e conclusões arthurianas no que tange o seu papel como governador do Amazonas. Seus ideais nacionalistas são absorvidos pelos militares como prova científica para legitimar a atuação do regime na Amazônia como concepção principal para superar o subdesenvolvimento da região amazônica.

Nesse sentido, Pacheco (2009), através da obra “Como governei o Amazonas”, de Arthur César Ferreira Reis, analisa as relações entre o capital literário acumulado pelo historiador-político e sua ascensão ao poder, assim, demonstrando como a obra em questão contém as representações de seu governo e de sua postura apolítica, tecnocrática que vem de acordo com os preceitos propostos pelo regime ditatorial. Dessa forma, em sintonia com Amaral

(2009) e Coelho (2015), Pacheco (2009) entende a bagagem intelectual, ou seja, suas percepções historiográficas sobre os problemas da região amazônica que pautaram a sua maneira de governar.

Voltando à análise da obra de Arthur César Ferreira Reis, Dantas (2014) se debruça em um número de obras do historiador para encontrar as características da escrita historiográfica de Reis. Dantas observa na escrita história de Reis duas principais características: uma escrita lusófila e a presença de seus projetos desenvolvimentistas para a Amazônia. Em consonância com as duas características supracitadas, o autor chega à conclusão de que, para Reis, a continuação do projeto colonizador lusitano seria a garantia do progresso da Amazônia.

Apesar de sua vasta carreira como político e historiador amazonense, só a partir dos anos dois mil, Reis e suas contribuições para a historiografia da Amazônia começaram a ser estudadas. Antes disso, não haviam trabalhos substanciais com enfoque na sua trajetória. Assim, visando contribuir com a escrita da história da historiografia arthuriana, pretendo neste trabalho analisar o livro “Santarém: seu desenvolvimento histórico, publicado pelo autor em 1979 para compreender quais as representações sobre a cidade foram construídas por Reis, nesta obra, que foi por muito tempo a grande referência sobre a história desta importante cidade localizada no oeste do Pará.

Para Chartier (1990), autor situado no campo da História Cultural, as práticas constroem o mundo como representação e vice-versa, ou seja, as práticas são produtoras de representações assim como as representações geram práticas. Nesse sentido, procura-se analisar as representações acerca da história de Santarém produzida por Arthur Reis em 1979, momento em que a cidade não era um campo muito disputado na historiografia amazônica.

Para a análise do referido livro fez-se uso do trabalho de Dantas (2014) e sua análise sobre a escrita da história de Reis, identificando-o como lusófilo, olhar a partir do qual pensou a história e o futuro da Amazônia. O trabalho Sousa (2020), que objetivou compreender os usos políticos do passado que está presente nas obras de Arthur Reis, também foi fundamental para lançar luz sobre o já mencionado livro “Santarém: Seu Desenvolvimento Histórico”, agora em análise. Utilizei a segunda edição do livro, porque não encontrei a primeira edição, nem mesmo na Biblioteca Arthur Reis, localizada em Manaus, que tem em seu acervo a biblioteca pessoal do autor, adquirida pela Secretaria de Cultura do Amazonas e inaugurada no ano de 2001.

O livro é dividido em 18 capítulos onde o autor trata da história da região do Tapajós desde o primeiro contato de Francisco de Orellana com a região, até a saída de Henry Ford do Brasil, na década de 1930, por fim citando o crescimento econômico e populacional da cidade de Santarém em comparação com os outros municípios da mesorregião do Baixo Amazonas.

Para compreender as representações construídas por Arthur Reis acerca da história de Santarém, a análise focará a forma como o historiador trata os vários agentes da história de Santarém, seus enfoques e seus silêncios perante esses agentes históricos. Procura-se entender o que o historiador escreve sobre a elite da região, bem como suas narrativas sobre os indígenas, cabanos e outros grupos sociais marginalizados; a importância desse território para a mesorregião do Baixo Amazonas; como suas visões desenvolvimentistas se refletem em sua análise da sucessão de eventos na história da região; e a relação da região do Tapajós com o cenário histórico brasileiro mais amplo.

2 AS REPRESENTAÇÕES DE SANTARÉM CONSTRUÍDAS POR ARTHUR REIS

A história de Santarém é, portanto, pretendemos ter deixado positivado, a história de uma sociedade mais ativa, mais disposta, menos desarticulada, que está contribuindo efetivamente para estruturar-se, na Amazônia, uma nova orientação e um novo sistema de vida. O passado que elaborou dá-lhe tradição e o presente que realiza assegura-lhe a perspectiva animadora. (REIS, 1979, p. 198.).

Arthur Reis, nas palavras finais de *Santarém: seu desenvolvimento histórico*, demonstra o fio condutor do que procura explicitar com a obra, ou seja, a construção de uma narrativa que legitime o trabalho colonizador na região e os cânones por trás deste desenvolvimento histórico. Como debatido anteriormente, a característica principal da escrita da história do nosso autor é a defesa da colonização e o sujeito colonizador, bem como, a tentativa de estruturar uma identidade para a região amazônica, continuando o trabalho que produziu em suas obras anteriores.

Assim como em análises anteriores acerca da obra de Arthur Reis, pode ser percebido o interesse em examinar as relações entre indígenas/missionários/sertanistas, que seriam a base de seu anseio em construir uma consciência de pátria. Nesse sentido, elegemos como o foco da escrita histórica de Reis a relação entre esses atores sociais que construiriam a “civilização” na cidade. Ademais, observaremos na obra que Reis tem por objetivo construir uma narrativa que demonstre a grandiosidade e importância que Santarém possuiria para a região do oeste do Pará.

De modo geral, seguindo a perspectiva historiográfica de sua época, como foi debatido anteriormente, Arthur Reis escreve todo o livro sob o olhar do colonizador que entra em contato com a região, posto que o mesmo defende a colonização. O indígena, então, é caracterizado pelo autor como uma obstrução para a colonização/civilização¹.

Como afirma Sousa (2009), Arthur Reis possui uma dupla representação acerca dos indígenas em sua escrita. Em dados momentos ele descreve um indígena que vai caracterizar como “bárbaro” e “hostil” que deve ser subjugado para a continuidade do projeto civilizador; em contrapartida, em outros momentos, o índio menos bárbaro aparecia em sua narrativa como o “catecúmeno” ou “nativo” que viria a contribuir ao processo colonizador, junto aos portugueses. Esta representação acerca dos povos originários também permeiam a narrativa construída em Santarém: seu desenvolvimento histórico. Sobre a primeira representação analisamos que esta se dá para os que não se deixaram dominar, aqueles que contestam a legitimidade do poder luso e que lutavam contra seu avanço. Ao sintetizar o início do processo de expansão portuguesa na Amazônia com objetivo de expulsar os “concorrentes estrangeiros, que pretendiam impor-se soberanamente, criando bases permanentes de domínio militar, político e econômico” e conquistar a *humanidade gentia* que “nem sempre se mostrou disposta à cooperação, à colaboração ou à sujeição que os novos senhores pretenderam ou objetivaram impor”, Arthur Reis descreve o início da construção das fortificações, casas-fortes, fortalezas e acampamentos. Expulsos os holandeses e ingleses, nos parece que o caminho estaria livre para a conquista portuguesa, sendo os únicos entraves para tal as “peculiaridade fisiográficas regionais” e a dita *humanidade gentia*. (REIS, 1979, p.36).

Sobre as redes de fortificações construídas no Baixo Amazonas, o historiador escreve:

[essas] redes de fortificações que importou, igualmente, na segurança que era necessário assegurar aos que, escapando ao litoral, internavam-se pelo Oeste na busca do braço escravo, na colheita das “drogas do sertão”, a especiaria local, tão solicitada pelos mercados europeus, no reconhecimento geográfico da hinterlândia misteriosa, sobre que se afirmavam tanta novidade atraente. A penetração não era fácil, apesar da vasta rede hídrica, que permitia o acesso. *O gentio, desconfiado e hostil*, muitas vezes reagia aqui e ali, obrigando a provas de força. A casa-forte podia, em tais oportunidades, garantir o sucesso dos encontros de sangue. (REIS, 1979, p. 38, grifo nosso).

¹ A relação entre os termos faz referência à Lademe Sousa (2009, p. 108) quando explica que “os termos vêm acompanhados porque durante a narrativa de Arthur Reis percebemos que conta a história da colonização, porém, com o fim maior de chegar ao seu ápice, isto é, a colonização, estando portando, um termo relacionado ao outro”.

É importante frisar a constante presença da defesa ao colonizador na obra, mesmo que para isso seja necessário a construção de uma retórica que Arthur Reis se utiliza da fonte para desenvolver. Ou seja, em sua análise, o *gentio* que reagia ao avanço da colonização se tornava credor das *provas de forças* que lhes era imposto. Enquanto isso, a casa forte era bem sucedida na expulsão de seus adversários e no controle do *índio hostil*.

Para a outra percepção legada aos indígenas percebemos que já há certa mudança na sua narrativa aos citar. O índio bom, que é o *catecúmeno* que recebe de bom grado a presença de missionários e sertanistas. Esses já são tratados por Arthur Reis, apesar de pouco civilizados, como fortes aliadas para a imensa tarefa que seria enfrentar a mesologia da região. Ao relatar a chegada dos franciscanos da Província de Santo Antônio, o autor nos dá um panorama do “sucesso marcante” da conquista espiritual da Amazônia que, segundo este, pode ser percebida desde a fase dos dias iniciais do contato com o *meio rude*. Em pouco tempo, sob a direção dos missionários, os *catecúmenos* participavam ativamente dos entreveros contra os “estrangeiros que procuravam apoderar-se da região” lutando do lado português numa “cordialidade impressionante”. (REIS, 1979, p. 23)

No ponto onde relatou acerca das expedições sertanistas no oeste paraense, enfatizou a forte violência dos indígenas para com os portugueses exploradores. Com a chegada do Capitão-General João da Maia da Gama, apesar de sua forte ligação com os jesuítas – fato que o fez sofrer com as investidas dos colonos – o interesse pelo domínio da região para a obtenção da mão-de-obra indígena não cessa.

Mais, verifica-se que o rio era frequentado por sertanistas que buscavam nele as “drogas do sertão”, e nessa aventura alcançavam a região das cachoeiras. Havia a informação da existência de pedras estranhas, que pareciam prata, o que podia ser convite a mais demoradas penetrações. Já no período anterior do Governador Cristóvão da Costa Freire, o Senhor de Pancas, tentara-se a jornada acima das cachoeiras, mas o *gentio* local atuara com tal impetuosidade, reagindo, atacando, matando, que um receio geral se apoderara de todos, fazendo interromper de certo modo a conquista que se iniciava. (REIS, 1979, p. 50).

Assim, o Capitão-General iniciaria o projeto de penetração do Rio dos Tapajós. Considerando os jesuítas prejudiciais para o projeto de conquista da região, Arthur Reis se utiliza de carta enviada à Maia da Gama para exemplificar as justificativas deste, enviada para a coroa portuguesa, o porquê teria achado conveniente agir sem mais demora no descobrimento da região e assegurar o domínio português em face de “certas desenvolturas do *gentio*”. (REIS, 1979, p. 50).

Ao tratar do processo da cabanagem – no capítulo que intitula “Cabanos e Legais disputam o domínio do Baixo Amazonas”, já nos demonstrando a percepção que o mesmo possuirá ao discutir esse período histórico –, Arthur Reis descreve Santarém desta forma:

Santarém, nesses dias de incerteza, esteve atenta ao que ocorria em Belém e em outras unidades demográficas da Província. Rivalizando com Óbidos e Monte Alegre no predomínio sobre a Comarca, seus homens não se mostravam indiferentes ao que estava sucedendo. E sem demonstrações de entusiasmo pelo partidarismo violento que ensanguentava a Província de quando em quando, mantinham-se em posição de reflexão, *amadurecidos para o exercício da liberdade decorrente do Sete de Setembro*. (REIS, 1979, p. 95. Grifo nosso)

Apesar de sua aparente “quietude”, Santarém se mantinha reservada e alerta, dada sua posição de “singular evidência” para a região, para não perder sua “prestigiosa liderança” para Óbidos, com quem disputava. Contudo, o Tapajós teria se tornado um “núcleo de mamelucos e índios”, que não dispunham de prestígio para impor-se, onde os brancos eram minoria. Ademais, os Juizes indígenas “dispunham de tudo e não cediam a argumento em contrário às suas decisões”.

As deserções dos índios que se haviam mobilizado para a sorte das armas começavam a operar-se com grande intensidade. Bando de antigos rebeldes punham em perigo a integridade dos vilarejos do Baixo Amazonas e da própria Comarca do Alto Amazonas. De Santarém partiu o alarme e o pedido de providências ao Presidente Roso, a fim de que fossem expedidas instruções às autoridades do interior no sentido de capturar os desertores e devolvê-los às respectivas povoações. O Capitão Antônio Luís Coelho esteve ativo nesse particular. Parecia-lhe profundamente perigosa a existência desses desertores, que em última análise constituíam exemplos péssimos aos *contingentes nativos da região*, verdadeiro *convite à vagabundagem*, que levaria a perdas substanciais de braços para as tarefas da produção. Era preciso, portanto, mão forte para evitar descaminhos, perturbações à própria economia local. (REIS, 1979, p. 96-97. Grifo nosso).

Este trecho é emblemático para compreender a dupla percepção de Arthur Reis acerca dos indígenas. Quando estes estão lutando contra o projeto político do “lusobrasileiro” este é caracterizado como “rebeldes” atraentes a “vagabundagem” que lutam contra o estado de quietude do Pará que recém aderiu à independência. Portanto, estes devem ser recapturados e dominados, com mãos fortes, para que não gere intempéries na economia local em recuperação. Em contrapartida, percebemos que os *rebeldes* (o índio hostil) que estão à serviço de se tornarem péssimos exemplos aos *contingentes nativos* (o índio que ainda segue os ideais do projeto “lusobrasileiro”).

Essa percepção de Arthur Reis acerca da suposta “liberdade” exagerada experimentada pelos indígenas da época que os levaria a um estado de “vagabundagem” não se

limita apenas ao *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. Reis ao tratar da administração de Mendonça Furtado, na sua obra *Estadistas Portugueses na Amazônia* (1948), apesar de entender tal período como perpassado por progressos para a região, faz certas ressalvas à mesma. Neste o historiador analisa que, dentro desta relação entre Mendonça Furtado e os missionários, o administrador não teria levado em consideração a “psicologia do nativo”, que seria um obstáculo para a reforma da sociedade local. Por isso, compreendia que os *índios alforriados e livres* seriam prova de que sua “natureza gentia” um impasse a ser resolvido e de como sua liberdade era perigosa para o desenvolvimento da civilização amazônica. O historiador escreve:

Agravando a situação (referindo-se a fugas de índios) os próprios índios alforriados e livres entregavam-se à vagabundagem e às turbulências. Escapando à ação das autoridades, escondiam-se nas propriedades dos colonos que os agasalhavam imaginando que trariam alguma contribuição às lavouras locais. Passado o perigo, os fugitivos abandonavam a casa protetora, regressando à vagabundagem e às turbulências. (REIS, 1948, p. 85-86).

Voltando à Santarém, encontramos o nativo bárbaro, que fazia parte desse “sistema”, enquanto os hostis configuram não só um perigo ao Estado luso brasileiro, mas também ao nativo menos bárbaro que poderia se levar por um “primarismo de seu imediatismo de concepção” (REIS, 1979, p.111). Por isso, a visão de Reis sobre esses nativos é dividida nesses dois principais grupos: o gentio hostil e o menos bárbaro. De todo modo, apesar dessa distinção entre a população indígena, é importante ressaltar que ambos eram vistos como “humanidades em infância de vida cultural, humanidades que poderiam modelar e integrar num novo sistema existencial” (REIS, 1979, p. 24).

Para Arthur Reis, a participação do indígena nesse processo de desenvolvimento histórico de Santarém, se dá no papel de personagem que, nem chegando a ser coadjuvante, se demonstra um mero figurante. De maneira genérica, o indígena na História de Santarém de Reis é passivo aos mandos e desmandos do luso colonizador, sem reagir ou se contrapor; e, caso reaja, terá sua justa punição em forma de *provas de força*, dado a importância da continuidade do projeto colonizador, ou a continuação do processo civilizatório². Assim, o indígena nesta narrativa aparece apenas como a mão-de-obra para a construção do que se tornaria a “verdadeira capital do Baixo Amazonas” (REIS, 1979, p. 198).

² Aqui, ainda fazendo referência à relação entre os termos colonização/civilização.

De outro modo, os sertanistas seriam os grandes “senhores das conquistas”, os grandes responsáveis pelo domínio da região amazônica, “o colono, o soldado da aventura militar” que parte para a penosa missão de explorar as áreas mais remotas, perigosas e impenetráveis da *hinterlândia* (REIS, 1979, p. 15), enfrentado os perigos mesológicos e da humanidade nativa. Munidos de um “realismo verdadeiramente ponderável” (REIS, 1979, p. 12), estes seriam os responsáveis pelo grande projeto civilizador que levaria ao desenvolvimento dessa região de suma importância para o Baixo Amazonas.

Arthur Reis não esconde sua admiração pelos sertanistas portugueses. Em sua narrativa vai legar grandes nomes que vão integrar o rol de construtores da civilização amazônica. O historiador Hélio Dantas (2012) analisando a escrita historiográfica de Reis se depara com a presença de uma característica específica acerca dos colonos portugueses que vai chamar de “plasticidade” lusitana que confere seu sucesso na obra colonizadora. Essa plasticidade se refere à capacidade de adaptação do povo português ao ambiente, assim “estes souberam conduzir um processo colonizador sem idealismo, guiado pelas contingências e pelas características da região, promovendo assim uma colonização *realista*”. Ao contrário da tentativa espanhola, francesa, inglesa ou holandesa, que tem suas tentativas fracassadas por não possuírem tais características. (DANTAS, 2014, p. 62).

Em sua narrativa acerca da História de Santarém, Arthur Reis permanece oferecendo aos sertanistas o mesmo tom elogioso que ofereceu em suas obras anteriores. Ao escrever acerca do trabalho de conquista movimentado por Pedro Teixeira, em meados da década de 1620, o descrever como “o mais impetuoso, decidido e capaz dos homens do descobrimento, da conquista e agora da expansão (referindo ao período de expansão para o oeste)”. Teixeira é apresentado como um homem de “sabedoria e retidão” que já provara seu louvável civismo através de sua “bravura nos entreveros com os ingleses e holandeses”. (REIS, 1979, p. 15). Assim, “o sertanismo” de Pedro Teixeira seria apenas “uma outra de suas facetas como colonial ilustre”. (REIS, 1979, p. 16). Contudo, estes mesmos grandes homens vão ser definidos, em dados momentos, como homens violentos e “imediatistas” cegos pela busca por mão de obra.

Reis escreve sobre alguns desentendimentos que ocorriam entre os sertanistas e os missionários no que tange a questão do trato com o contingente indígena. Nesses conflitos, os missionários são tidos como mediadores dessa relação entre índio e colono que tentavam denunciar essa violência. Utilizando-se do relato do Jesuíta Cristobál de Acuna sobre o processo de aquisição da mão de obra indígena, os *luso-brasileiros*, cedidos pelo “apetite que os

assaltou”, “atiram-se vorazmente ao aprisionamento de nativos, numa sortida que valia como uma autêntica caçada predatória”. Reis transcreve o relato:

Não bastaram os humildes oferecimentos destes Tapajozes para que fossem admitidos ou pelo menos tratados com cordura e conveniência, pois isto não convinha a pessoas tão interessadas como são as destas conquistas e que só arrostam dificuldades com a cobiça de escravos que venham a conseguir. Suspeitando que esta Nação tivesse muitos a seu serviço, *tentaram com toda violência ir oferecer-lhes crua guerra, sob o pretexto de que eram rebeldes.* (REIS, 1979, p. 19. Grifo nosso).

Cristobál de Acuna deixa ambíguo a ideia de que esses “Tapajozes” de fato teriam agido de forma a configurá-los como “rebeldes”. Percebemos que o mesmo escreve sob uma ótica onde deixa a entender que os sertanistas construíam uma narrativa específica acerca dos indígenas para legitimar sua ação violenta. Em seu relato o religioso deixa claro seu espanto com tamanha crueldade oferecida aos indígenas, pelos “conquistadores”. O jesuíta prossegue:

(os portugueses) Ordena-lhes que entreguem todas as flechas ervadas de peçonha, que tinham, e que era do que mais se podia recear, no que os míseros obedeceram prontamente. E vendo-os agora desarmados, agarra grande quantidade de bárbaros e, encerrando-os (matando-os) todos em um curral [...] em pouco tempo saquearam toda a aldeia, sem deixar coisa nela que não fosse devastada, aproveitando-se como me contou uma testemunha de vista, das mulheres e filhas dos aflitos presos, à vista de seus próprios olhos [...]. Ameaçavam os Índios encurralados e tímidos, aterrorizando-os com crueldades novas, para que ofereçam escravizados, assegurando-lhes que, com isso, não só ficariam livres, mas seus amigos e carregados de ferramentas e panos de algodão que lhes dariam por eles. Que haviam de fazer os miseráveis, presos, sem armas, saqueadas duas casas, oprimidas suas mulheres e filha, senão render-se a tudo que aqueles quisessem fazer? (REIS, 1979, p. 20).

Com isso, fica claro que a maior motivação para exploração do Rio Tapajós seria escravizados indígenas, matéria-prima para o comércio, artefatos indígenas exóticos que provocavam a curiosidade do estrangeiro e levavam à sua obtenção nos círculos do *gentio local*. Então, Arthur Reis finaliza este capítulo inicial do processo de expansão e conquista da região do Baixo Amazonas com o relato de Maurício de Heriarte, no qual, 30 anos após o extermínio e escravização em massa dos Tapajó, o mesmo descreve a região como possuindo um rio caudaloso, de terras aprazíveis, com um clima quente, de gente boa e alegre, onde podem ser feitos grandes engenhos de açúcar. (REIS, 1979, p. 21-22).

Sendo assim, em seu trato para com os sertanistas, Arthur Reis, da mesma forma como faz ao indígena, demonstra uma dupla representação a esses. Ora nos apresenta os grandes heróis sertanistas, conquistadores responsáveis pela grande obra civilizadora na região Amazônica; este percebemos quando Reis trata de Pedro Teixeira, Francisco da Mota Falcão,

João da Maia da Gama, João de Souza de Azevedo, dentre outros nomes. Ora como homens violentos e imediatistas, que se utilizavam de suas armas, poder e artilosidade para operar investidas brutas contra os indefesos indígenas. Por conseguinte, para regular essa interação entre os indígenas e os sertanistas, os missionários eram postos à frente como defensores dos interesses indígenas dentro do sistema colonial.

O papel do missionário é de suma importância para o projeto colonizador, visto que “a multidão nativa não se mostrara disposta à colaboração sem que o religioso atuasse”. Quando não havia interferência da “ação maneirosa” dos catequistas os nativos se tornariam difíceis de dominar, logo, seria impossível incorporá-los ao processo de colonização apenas a partir da ação violenta dos sertanistas. Assim, o missionário aparece como um mediador.

A companhia de Jesus, todavia, vinda posteriormente, em 1553 (posterior aos franciscanos da Província de Santo Antônio, em 1636), é que ampliou a base espiritual da conquista, numa vasta empresa de catequese que lhe assegurou, em concorrência com as outras ordens religiosas, um prestígio de qualificação que mais tarde seria arma usada contra ela, à *alegação de que não agia visando servir à soberania de Portugal, mas aos seus interesses mais próximos*. (REIS, 1979, p. 23. Grifo nosso).

Apesar de entender a importância dessa missão divina que viriam fazer os missionários com um “sucesso marcante”, neste pequeno trecho, Arthur Reis nos apresenta outra faceta da obra missionária: a ideia de que os jesuítas operavam em favor de seus interesses em enriquecer suas ordens. Essa sua perspectiva é melhor trabalhada em sua obra *História do Amazonas* onde demonstra, a partir de suas fontes, os missionários agindo a fazer valer seus interesses materiais. Na referida obra enquanto reconhece esses problemas das ordens missionárias, as justifica com o objetivo de integrá-los aos “grandes homens”³. Contudo, aqui Reis se mantém mais distante dessa perspectiva e foca principalmente em mostrar os grandes feitos dos jesuítas na obra de dominação espiritual na região do Baixo Amazonas. Por conseguinte, tratando dos conflitos que estas missões iriam causar entre sertanistas e missionários, Reis nos apresenta a perspectiva desses missionários como impedimentos para a obtenção de mão de obra escrava.

No que tange esses conflitos, sob a ótica dos colonos, Arthur Reis discorre:

A ação dos missionários significava contenção ao apetite que revelavam, apetite dirigido sobre aquela mão-de-obra imensa e fundamental para as tarefas da colheita das drogas, para os serviços domésticos, para a movimentação das embarcações, para os ensaios de lavoura de sustentação em que andavam empenhados e constituíam o

³ Essa questão é melhor analisada em: SOUSA, Lademe Correia. *Op. Cit.* p. 120.

seu fundamento de vida. Os conflitos seriam inevitáveis. E se sucederam num crescendo ponderável. (REIS, 1979, p. 24).

Todavia, sob a ótica dos Jesuítas, Reis comenta:

A Companhia de Jesus, com a visão da obra que podia realizar, pretendeu executar a conquista espiritual, vencendo a resistência dos colonos e governantes que se aliaram a estes. [...] Os indígenas, segundo a palavra dos próprios religiosos, sentiam verdadeiro horror aos colonos, sófregos na empresa escravizadora. E só se sentiam seguros quando, sobre eles, atuavam os catequistas. (REIS, 1979, p. 24).

Logo, percebemos que Arthur Reis demonstra certas nuances/contradições em sua narrativa. Em alguns momentos nos apresenta o missionário que, em favor da conquista espiritual da Amazônia, faz um trabalho exímio em catequisar a população rude que ainda se encontra em “infância de vida cultural”. Em outros momentos tais missões se demonstram como um entrave para ação sertanista que, em busca da preciosa mão de obra indígena imprescindível para o projeto de colonização que o autor defende, são impedidos por conta da obra de catequização proposta pelos missionários. Nesse sentido, como o historiador pretendia-se escrever uma histórica ética, compreendemos que este narra os acontecimentos de acordo com o que o cada momento na História pedia, sempre com o fim principal de defender o projeto colonizador/civilizador para o progresso da região.

Para exemplificar o sucesso dos “grandes homens” em prol do domínio da região do Baixo Amazonas, Arthur Reis elogia os feitos de missionários como o Padre João Felipe de Bettendorf que teve de enfrentar dificuldades em se acostumar com o pouco recurso que obteve para a missão que lhe foi legada, tendo de enfrentar algumas intempéries como doenças. Apesar dessas adversidades, sempre teria sido recebido com satisfação pelos nativos, graças ao trabalho de Bettendorf e seu “ânimo religioso” cumpriu suas obrigações (REIS, 1979, p. 29). Reis afirma que a missão possui uma “importância especial” que é percebido durante sua elevação à sede de missão católica (REIS, 1979, p. 31). Quando Bettendorf não pode continuar sua missão com os Tapajós, e após um período de “desamparo” voltando em 1657 com o comando do padre Manoel Pires, que continuou o projeto de seu antecessor de forma a fazê-la prosperar novamente (REIS, 1979, p. 32). Já em 1719, segundo o padre Jacinto de Carvalho, haviam 35 mil “índios batizados” na missão.

Com esta síntese do início da ação missionária na região do Tapajós, Arthur Reis conclui:

A ação da Companhia de Jesus ao longo do Tapajós apresentava-se pois como uma realidade. Devia-se a ela, evidentemente, a incorporação do grande curso d'água ao Império, integração efetiva através da redução da gentilidade. Os grupos regionais estavam sendo defendidos da escravização e contidos para os aldeamentos missionários. (REIS, 1979, p. 34).

Mesmo com o louvor dessa missão bem sucedida pela Companhia de Jesus, os conflitos entre missionários e sertanistas não cessam. Em 1705, quando Francisco Soeiro de Vilhena comandava uma entrada à região com o intuito de resgatar escravizados, chocou-se com os missionários Antônio Gomes. Este que tentou impedir o sertanista, é ameaçado pelo mesmo com sua espada em mãos. O delito seria considerado “atrocíssimos e a injúria que se fez a estes missionários foi por zelar a sua obrigação” (REIS, 1979, p. 34). Neste sentido, Reis demonstra novamente em sua narrativa uma certa defesa à ação missionária e movimenta certa crítica aos sertanistas que chegavam ao ponto de ameaçar os religiosos em busca de sua tão preciosa mão de obra.

Se esses casos ocorriam com o seu alongamento no tempo, mas em todo caso a significar a intransigência dos religiosos na defesa dos princípios que entendiam certos, e como tal sofrendo injúrias e perigos, também ocorria o louvor régio pela ação benemérita. Para exemplificar – em carta de seis de fevereiro de 1726, D. João V dirigia-se a Jacinto de Carvalho, Visitor da Companhia, para louvá-la, uma vez que seus agentes estavam comportando-se fiéis à vontade real quando ela se manifesta na defesa dos índios resgatados: o padre José da Gama, que trabalhava entre os Tapajós, conseguira resgatar índios[...]. (REIS, 1979, p. 35).

Seria apenas a partir de 1706 que o projeto colonizador para os sertanistas alavancaria. Sob a chefia de Francisco Soeiro de Vilhena que ocorreriam as primeiras expedições de descobrimento à procura das “drogas do sertão”, peças minerais, pedras preciosas e ouro, sendo, porém, a maior riqueza que seria encontrada na região é o índio que representava “mão-de-obra sedutora” (REIS, 1979, p. 49). Esta ação, então, seria ampliada com a chegada do Capitão-General João da Maia da Gama, que enviaria um grupo de sertanistas para a exploração do rio.

Sobre Maia da Gama é interessante analisar que, em nota de rodapé, Arthur Reis o apresenta da seguinte maneira: “A ação de Maia da Gama na Amazônia apenas foi aflorada pelos historiadores. Muito ligado aos jesuítas, sofreu a investida dos colonos.” (REIS, 1979, p. 50). Podemos perceber que os efeitos dos embates entre sertanistas e missionários, em seus planos para como se utilizar dos indígenas da região, era sentida por todas as camadas dessa sociedade colonial. Seja em procura de mão de obra indígena, seja para a catequização dos contingentes nativos, observamos que este é um embate que é muito bem trabalhado por Arthur Reis. O historiador oferece 2 capítulos de sua obra – *Os jesuítas catequizam e criam missões e*

Sertanistas, missionários e comerciantes operam descobrimento e intercâmbio – para debater de forma minuciosa esses conflitos. Essa relação entre indígenas/sertanistas/missionários, com seus conflitos e negociações, é perpassada por toda a narrativa de Reis acerca da história de Santarém.

Um momento chave para compreender essa relação é mais a frente, ainda durante o processo de exploração do rio Tapajós, em expedição chefiada por João de Sousa de Azevedo, os missionários da Companhia de Jesus se aliam aos sertanistas “por dever do ofício e por curiosidade científica” (REIS, 1979, p. 59). Iria junto na expedição o padre Bento da Fonseca, “grande geógrafo da Companhia no extremo-norte”, que iria catalogar de forma um pouco mais precisa a região do Tapajós, tendo seu trabalho usado, posteriormente, para compreender a navegabilidades dos grandes rios, durante o governo de Sousa Coutinho (REIS, 1979, p. 61). Arthur Reis então declara que o caminho para a exploração da região estava aberto, a partir dessas expedições se iniciariam novos questionamentos acerca da região como acerca da população nativa, as dificuldades criadas pelas cachoeiras, a imensidade da bacia hidrográfica, dentre outros, teriam despertado a curiosidade dos homens de ciência da Europa – fato que Reis interpreta como a legitimação da importância da região internacionalmente.

Enfim, Arthur Reis, dentre contradições e congruências nos mostra por um lado os missionários como grandes homens que ajudaram no controle da gentildade da região através da divulgação da fé cristã; por outro lado, nos mostra os missionários como impeditivos para o prosseguimento da ação sertanista em busca de mão de obra que é imprescindível para a continuação do processo colonizador.

Utilizando-se das fontes para tal, Arthur Reis demonstra uma ambiguidade de representações que procurar oferecer para essas figuras históricas cujas história ele narra. Assim, o balanço geral dessa relação entre indígenas/ sertanistas/missionários fica dessa forma: os sertanistas e os missionários são postos em sua narrativa como os grandes heróis da colonização, trabalhando em serviço do projeto civilizador que estaria em curso na região do Baixo Amazonas. Contudo, aparecem os missionários que se demonstrariam como impeditivos para a obtenção da mão de obra escravizada dos nativos necessária para tal projeto, ao passo que os sertanistas, em seu direito de concluir seu trabalho como grandes conquistadores, entram em conflito com os religiosos. Por outro lado, aparecem também os violentos sertanistas que procuram de forma violenta e dissimuladora dominar os indefesos indígenas, assim, se tornando o trabalho dos missionários intervir nesses momentos em defesa dos indígenas que, apenas com a atuação mansueta dos religiosos poderiam ser integrados ao plano colonial de forma branda

e menos violenta. Enquanto os indígenas, sendo o ponto chave dessa relação conturbada, aparecem na narrativa ora como o índio bom, que trabalha em serviço do projeto colonizador, seja como catecúmeno, seja como mão de obra; e o índio mal, que reage ao avanço daqueles que apenas procurava os civilizar, assim, recebendo sua punição justificada em nome da nobre causa que é a civilização.

Essas contradições na narrativa de Arthur Reis, quando analisadas as relações entre indígenas/sertanistas/missionários, na verdade fazem todo o sentido quando compreendemos que esses personagens são meras peças que vão levar ao principal objetivo de sua escrita histórica, que é narrar a história da grande saga colonizadora/civilizadora na região amazônica⁴.

Em *História do Amazonas*, Sousa (2009) analisa como um dos principais objetivos de Arthur Reis em sua narrativa acerca da região amazônica seria a necessidade de apresentar “um quadro da *evolução amazonense* até os primeiros dias da República” (SOUSA, 2009, p. 121). Nesse sentido o direcionamento tomado por Reis para a sua escrita acerca do Amazonas é a intenção em “deixar à sua geração a impressão de serem descendentes de homens naturalmente bons” (SOUSA, 2009, p. 122). Já para Santarém Arthur Reis procura movimentar um discurso semelhante ao analisado por Sousa, entretanto, a característica que Reis vai explorar para demonstrar a evolução da cidade que o mesmo chamaria de “verdadeira capital do Baixo Amazonas”, seria a ideia de uma população que consistia de “um núcleo magnífico de trabalho e serenidade” (REIS, 1979, p. 100). Mesmo durante os momentos de mais turbulências políticas e sociais ocorrendo na região, Reis sempre procurou uma maneira de elogiar a população santarena por uma *calmaria*. Durante os entremeios do desenvolvimento da cabanagem, Reis deixa claro em sua narrativa que entendia Santarém como posição estratégica para a defesa contra os *rebeldes* (REIS, 1979, p. 113). Em sua narrativa Santarém é personificada sendo calma e alerta aos acontecimentos no Brasil, estando sempre pronta para defender a continuidade do progresso da cidade; enquanto sua população estava sempre disposta a ajudar financeiramente as empreitadas do Estado Imperial (REIS, 1979, p. 99).

Ademais, Sousa (2009, p. 132) conclui que as representações construídas por Arthur Reis em *História do Amazonas* estavam intrinsicamente conectadas ao compartilhamento de um sentimento de “inferioridade” dentre os intelectuais amazonenses em relação ao sul brasileiro. Ou seja, um dos principais objetivos de Reis com a obra seria a de construir uma percepção de região em constante progresso.

⁴ Crítica essa que pode ser bem percebida na análise de Lademe Sousa (2009) acerca do *História do Amazonas*.

Um dos eixos argumentativos de Reis para demonstrar o pioneirismo do Amazonas sob uma perspectiva de uma região de demonstrar crescente “progresso” seria a partir da campanha abolicionista, fins de século XIX, que foi “amparada no quase total da população”, sendo “admirável essa obra dos sentimentos de um povo e de um governante clarividente, humanitário, que precisava conhecer as homenagens de sua gente”. Neste tocante, Sousa (2009, p. 125) esclarece que “Arthur Reis se ressentia dessa pouca importância política e econômica do Amazonas e, era isso que queria mudar através da *História do Amazonas*, incumbida de revelar o desenvolvimento alcançado apesar dos impeditivos naturais”.

Para construir esse ideal de uma região que experimentou forte “progresso” em sua narrativa da História de Santarém, Reis também se utiliza da ideia de uma forte participação no movimento abolicionista como um demonstrativo de “simpático”, que apesar da pouca quantidade de escravizados negros⁵, demonstram seu humanitarismo ao *conceder cartas de liberdade*. Ademais, a vasta contribuição santarena com a Guerra do Paraguai, no contexto do Baixo Amazonas, também é pontuada com louvor por Reis.

A Guerra do Paraguai e o movimento da Abolição agitaram os espíritos. Os movimentos de interesse pelos dois acontecimentos ecoaram em Santarém. Para o teatro de operações, como Voluntários da Pátria, seguiram algumas dezenas de santarenos. Segundo Ferreira Pena, a contribuição para a Guerra somava 219 santarenos, dos quais 74 eram voluntários, 58 recrutados, 85 guardas nacionais. O baixo Amazona, com seus Municípios, comparecera com 746 homens. A participação de Santarém era a mais alta.

No particular da campanha pela libertação, a campanha emanada de Belém encontrou eco no Município, onde a escravaria negra era pequena, mas nem por isso deixou de provocar a participação de proprietários na concessão de cartas de liberdade. O Município comparecia com a sua contribuição apreciável para o impulsionamento da ideia de igualdade de todos os seus habitantes, em gestos simpáticos. (REIS, 1979, p. 122).

Outra faceta argumentativa de Arthur Reis para a percepção de importância de Santarém para o Baixo Amazonas e o Pará se dá através do contato e interesse estrangeiro para com a região. Durante o contexto pós-guerra de secessão, os norte-americanos do sul de sua

⁵ Essa suposta escassez de trabalho escravizado negro no Pará é algo já amplamente debatido pela historiografia recente. Alguns historiadores entendem que, apesar do menor contingente escravizado quando comparado aos de regiões como o Sudeste, a escravidão na região Norte não foi fato a se desconsiderar, baseado na importância do trabalho escravizado negro para a economia cacaueteira da região (que foi um dos produtos de maior exportação no Pará junto da borracha). Como não é nossa intenção confrontar a obra de Arthur Reis com a produção historiográfica atual, mas sim analisar as representações construídas pela mesma, não aprofundaremos a questão. Contudo, acreditamos importante este breve apontamento para compreensão de que a obra está inserida em um contexto histórico e historiográfico específico, por isso, deve ser lida e analisada com cautela. Para debate acerca da escravidão no Vale do Amazonas, vide: JUNIOR, Luiz Carlos Laurindo. Rios de escravidão: tráfico interno e o mercado de escravos no Vale do Amazonas (1840-1888). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

terra natal, derrotados, procuram um novo lar para se estabilizar, assim, encontrando a região do Baixo Amazonas como uma possível área de “colonização”. Reis (1979, p. 126) caracteriza esses estrangeiros como “pioneiros”, entendendo sua decisão de escolha dessa região específica como uma “realização positiva daquela decisão do *destino manifesto*”.

Neste tocante, Arthur Reis apresenta em sua narrativa como clara a importância da região do Baixo Amazonas dada a partir das expedições científicas que ocorreram direcionadas a mesma, compreendendo a abertura do vale do tapajós ao interesse científico europeu como um demonstrativo do progresso experimentado pela região – importante frisar que o historiador lega dois capítulos para a questão da pesquisa científica no Pará, um intitulado “Viajantes e Cientistas Registram o *Progresso*” (REIS, 1979, p. 133. Grifo nosso) e o outro “O levantamento científico no Vale do Tapajós” (REIS, 1979, p. 170).

Arthur Reis se utiliza dos relatos de diversos viajantes em início do século XIX, para legitimar essa interpretação de uma região em forte contexto de progresso sob a ótica dos estrangeiros, como os descritivos de Spix e Martius (REIS, 1979, p. 134). Ademais, em meados do oitocentos, Reis cita as várias expedições científicas produzidas para o Tapajós, como Henry Walter Bates, William Chandless, Antônio Manoel Gonçalves Tocantins, Julião Honorato Correia de Miranda, Barbora Rodrigues, Rufino Luís Tavares, José Moreira Brandão Castelo Branco, Henri Coudreau, dentre outros. Sobre essas expedições, Reis comenta:

Não apenas aquele esforço memorável de sertanistas e de missionários, que procuravam a gentildade local ou visavam o relacionamento mercantil com Mato Grosso, mas igualmente a atividade científica de pesquisadores civis e militares que correram o rio, procuraram suas origens, levantaram as primeiras cartas geográficas, fizeram descritivos, contribuindo, desse modo, para que fosse possível ter-se um conhecimento mais positivo, menos inseguro, do que era o rio e do que dele poderia esperar-se como via de comunicações e como área útil no tocante ao rendimento econômico. (REIS, 1979, p. 170-171. Grifo nosso).

Algo digno de comentário neste trabalho também é que a escrita de Arthur Reis é bastante baseada através de uma narrativa que gira em torno dos processos econômicos, suas mudanças e impactos para a política da região – fato que ainda era vigente em sua escrita historiográfica tradicional, como debatido anteriormente.

Ainda com o objetivo de demonstrar o “progresso” e a importância da cidade de Santarém para o Baixo Amazonas, Arthur Reis analisa o crescimento populacional da região e chega à conclusão de que o maior crescimento se dá para a população santarena (REIS, 1979, p. 156). Por conseguinte, em seu capítulo “O Tapajós é Uma Fronteira Econômica” (REIS,

1979, p. 157), Reis afirma que Santarém é grande teria iniciado com grande força na economia gomífera, perdendo sua intensidade em final de 1800, perdendo em produção para Itaituba. Contudo, Santarém recuperaria seu posto como a maior cidade do Baixo Amazonas após a instauração do novo regime político, a República – apesar de não esclarecer o que seria a “motivação econômica” que explicaria “o desenvolvimento que a cidade experimentava” (REIS, 1979, p. 183).

Ao narrar o fracasso na tentativa de construção de um campo industrial na região do Tapajós, por Henry Ford, não produz uma percepção clara acerca desse impasse. Entretanto, Arthur Reis demonstra que interpretou o interesse estrangeiro pela região como uma falha do governo brasileiro em investir na região, assim, depositando a esperança de investimento no capital estrangeiro.

Vivia então a Amazônia um interesse todo especial pela vinda de capitais estrangeiros para que fosse possível dinamizá-la, uma vez que havia muito poucas esperanças quanto ao capital nacional, em particular o da própria região, pobre, a lutar contra a desvalorização de seus produtos fundamentais de exportação e com perspectivas limitadíssimas no tocante a qualquer ação do poder público capaz de alterar-lhe a condição existencial. As esperanças ou o estado de confiança era na energia e no espírito de empresa e de ação realizadora da iniciativa de fora. No caso em questão, o que se concedia importava em muita facilidade proposta ao investidor estrangeiro. *Abria-se-lhe a porta do vale, num convite talvez perigoso, mas que, no momento, quase todos consideravam necessário como atração.* (REIS, 1979, p. 191-192. Grifo nosso).

Ainda que considerando importante esse investimento estrangeiro para a região, dada a falta de investimento do governo brasileiro para tal, Arthur Reis analisava de forma negativa esse olhar do estrangeiro para a região. Questão essa que o autor iria desenvolver melhor no decorrer de sua carreira intelectual com *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, entre outras obras.

Então, em um texto apaixonado, Arthur Reis faz uma síntese de sua ótica sobre a Amazônia, a louvando por sua quietude e humanidade:

A história das comunidades amazônicas, refletindo os altos e baixos da região, nos seus aspectos mais dramáticos, seja aqueles que importaram em período de progresso, seja aqueles outros que significaram a decadência cíclica que a tem atormentado, é a história de uma sociedade que se definiu distinguindo-se, no quadro das sociedades brasileiras, pela sua integração ao espaço que criou como área física e área política. Nesse particular, ela marcou-se profundamente. Vivendo um mundo de águas e florestas densas, enfrentou essas águas e essas florestas com a decisão de dominá-las e possuí-las. E através do tempo tem realizado a vida condicionando-a às águas e às florestas, de onde tira o sustento, que utiliza e maneja sem receios, sem hesitações e sem devaneios, em admirável intimidade com a realidade que representam.

Profundamente mansa, a humanidade amazônica não apresenta, no discurso de sua evolução, aqueles lances cívicos que emolduram a humanidade gaúcha, a humanidade nordestina. (REIS, 1979, p. 196).

Por fim, Santarém, mesmo que de forma mais modesta se comparada ao eixo sul brasileiro, configura um exemplo de uma forte *comunidade amazônica*, um exemplo de civismo e progresso no Baixo Amazonas:

Nas páginas desta tentativa de registro histórico de uma comunidade amazônica, vamos encontrar, porém, uma coletividade que permaneceu em ascensão, sem deixar-se vencer, tentando dinamizar-se, procurando resistir à tradição negativa, continuando, enfim, sem desfalecimento, um caminhar ascensional que leva a provocar admiração e a conceder-lhe um grande crédito. Santarém é esta comunidade. Não deu saltos. Não escreveu páginas inéditas de bravura ou de exaltação objetivando à realização de um período majestoso na crônica. Sua vida foi igualmente mansa. Soube conduzir-se nos conflitos políticos do pós-independência com bastante dignidade. Não se mostrou cidade morta. O que a distingue no quadro amazônico é a continuidade de sua existência, que não amoleceu, não se desfibrou, não se rendeu, antes prosseguiu ascensionalmente. Nessa ascensão, é certo, não houve o dinamismo que encontramos a marcar o processo dos centros urbanos do sul do país. Foi muito menos veloz, muito menos diversificado, muito mais restrito nas suas particularidades. (REIS, 1979, p. 198).

Ainda assim, na narrativa de Arthur Reis, Santarém é a cidade de maior destaque no Baixo Amazonas:

Santarém, verdadeira capital do Baixo Amazonas, superou, assim, todos os demais núcleos que pretendiam rivalizar com ela. Óbidos, Fato, Alenquer, Monte Alegre, Vila Franca, Alter do Chão, Boim, Itaituba perderam na partida. Em nenhum momento mesmo, Santarém deixou-se superar. Quando ocorreu a momentânea supremacia de Óbidos ou de Itaituba, na hora da Cabanagem ou no rush da borracha, na realidade essa supremacia foi tão rápida que significou muito pouco, ou nada significou. O poder de recuperação de Santarém era sensível, ponderável. (REIS, 1979, p. 198).

Arthur Reis, então, finaliza seu livro com as palavras que dão início à esta análise. Santarém, na ótica de Reis, é a mais importante cidade do Baixo Amazonas, que demonstrou possuir uma sociedade ativa, disposta, mas calma. A “pérola do Tapajós”, como é conhecida, durante todo o seu desenvolvimento histórico se mostrou como uma comunidade que orienta um novo sistema de vida para a Amazônia. Portanto, dada a sua história, Santarém é uma cidade com um povo forte, com uma história que justifica a perspectiva animadora para o futuro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Arthur César Ferreira Reis é, sem dúvida, figura emblemática para os estudos da Amazônia. Tendo contribuído de forma exemplar para a construção de sínteses histórica que,

compreendendo suas falhas e limitações, nos servem como um plano de trabalho, ou uma perspectiva de pesquisa, de como estudar a grande, enorme e, por muito tempo, negligenciada região amazônica.

Sua carreira como político e historiador explica o prestígio que recebeu durante grande parte de sua vida. Tendo sido, dentre várias atribuições em que se envolveu, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, Redator-Chefe do Jornal do Comércio de Manaus, diretor da Instrução Pública e fiscal de Seguros ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em Belém; além de suas atribuições mais simbólicas como primeiro superintendente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), diretor do Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a governança do Estado do Amazonas como interventor do mandato de Castelo Branco, durante a ditadura militar.

Sua carreira como historiador que inicia em grande estilo com o *História do Amazonas*, que lhe legou um espaço dentre os intelectuais mais importantes para os estudos amazônicos. E sua obra mais representativa, seu carro chefe, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Dentre uma quantidade enorme de obras que Arthur Reis produziu e integrou.

A obra aqui analisada, *Santarém: seu desenvolvimento histórico*, apesar de configurar como uma obra de menor peso na vasta coletânea de publicações de Arthur Reis, é de suma importância para a historiografia santarena. Ao compreender seu caráter de ineditismo para a época, quando ainda não havia qualquer síntese bem estruturada da história da cidade de Santarém e pouco foco de estudo dentre os historiadores mais ilustres, que podemos identificar como um marco inicial para a historiografia santarena.

Dessa forma, ao analisar a obra em questão, observamos que, a partir de uma perspectiva historiográfica conservadora e lusófila, Arthur Reis nos apresenta uma história de Santarém com um grande foco no contato e os feitos do contingente português com a região. Sob várias contradições relaciona, direta ou indiretamente, os atores sociais indígenas/sertanistas/missionários de uma forma ambígua: ora como heróis, ora como vilões; ora como impeditivos para a ação civilizadora/colonizadora, ora como ajudantes imprescindíveis para o progresso econômico da região; ora como abnegadores que buscavam o interesse maior da construção de uma comunidade civilizada, ora como possíveis corruptos. Contudo, essas contradições são justificadas, quando se compreende que seu principal objetivo é construir uma narrativa que demonstre o grande projeto colonizador português. Assim, entendendo o seu objetivo de uma história ética, Reis se utiliza das fontes e de sua escrita

histórica, tanto em trabalhos anteriores quanto aqui, para construir uma narrativa que construa uma nova percepção acerca da Amazônia.

Com o risco de cometer um deslize analítico, podemos inferir que, a partir de seus ideais desenvolvimentistas, Arthur Reis elogia Santarém por seus feitos históricos como uma forma de legitimar a necessidade de mais investimento para a região. Durante análise de sua escrita histórica, percebemos que a construção de uma identidade para a Amazônia se dá à tarefa de desenvolver uma crônica onde, a partir do passado, possa-se justificar um investimento para o futuro. Nesse sentido, Arthur Reis, tendo o objetivo constante de enaltecer a região amazônica, constrói uma narrativa que deixa claro seu pensamento político e de que projetos acreditava serem necessários para que se produzisse o “progresso”, não apenas para Santarém, como para a Amazônia.

Em síntese, apesar de produzir uma história com menos paixão e com narrativa mais contida quando comparada à suas outras obras de peso, Arthur Reis em *Santarém: seu desenvolvimento histórico* constrói uma verdadeira crônica da construção de uma comunidade amazônica que merece um olhar mais apurado. Nos apresenta uma forte sociedade, mais que paraense, amazônica, que no decorrer de sua história, demonstra a que veio, e promete um brilhante futuro, recebendo o merecido título de “capital do Baixo Amazonas”.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Vinicius Alves. Vicissitudes de um Heródoto Caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 5, n. 3. set./dez., 2013.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

COELHO, Wanderson de Oliveira. **A modernização do Amazonas no ideário de Arthur César Ferreira Reis (1964-1967)**. Monografia (Graduação – Licenciatura em História) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.

DANTAS, Hélio. **Arthur César Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história**. Jundiá: Paco Editorial, 2014. p. 32-33.

GOMES, Leila Margareth Rodrigues. **Movimentos sociais na obra de Arthur Reis**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. **Rios de escravidão**: tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888). 2021. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI:10.11606/T.8.2021.tde-29122021-175607. Acesso em: 21 jun. 2024.

PACHECO, Alexandre. **Como governei o Amazonas**: a ética do literato e historiador Arthur César Ferreira Reis diante do poder (1964-1967). Fortaleza: ANPUH, 2009.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **Estadistas portugueses na Amazônia**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948. p. 85-86.

REIS, Arthur César Ferreira. **Santarém**: seu desenvolvimento histórico. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

SOUSA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a História do Amazonas**: um início em grande estilo. 2009. Dissertação (Mestre em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SOUSA, Lademe Correia de. **A Amazônia de Arthur Reis**: entre as "experiências do tempo" e as "intenções do agir". 2020. 419 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, 2020. DOI <http://doi.org/10.1439/ufu.te.2019.2539>. Acesso em: 21 jun. 2024.